

**EDUCAÇÃO ESCOLAR E MODERNIZAÇÃO NO
INTERIOR PAULISTA (FRANCA - DÉCADA DE 60)***

Education and modernization in the interior of São Paulo state (Franca – the sixty's)

Sauloéber Társo de Souza**
Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro***

RESUMO

As décadas de 1960 e 1970 são bastante importantes para os estudos na área de Educação, visto que em nenhum outro período da história da educação brasileira as iniciativas governamentais desenvolvidas no campo educacional foram tão intensas quanto nesse momento. Acreditamos que isso ocorreu em função do acelerado processo de modernização calcado nos impulsos de urbanização e de industrialização do País. A análise do interior paulista, especificamente o caso de Franca, evidencia tal tendência, mas guarda suas particularidades com relação a observação do processo geral.

Palavras-chave: Educação escolar. Modernização. Franca-SP.

ABSTRACT

The sixty's and seventy's are very important to the studies at the education science since in none another period of the Brazilian education history the governmental initiatives developed at the educational area had been so intense as happened at this moment. We believe this occurs in function of the sped up process of modernization based in the impulse of urbanization and industrialization of the country. The analysis of the São Paulo state its interior, specifically the city of Franca, evidences such trend, but it keeps its particularities in relation of the general process.

Keywords: Education. Modernization. Franca-SP.

* O presente texto é versão ampliada de trabalho apresentado no IV Congresso Brasileiro de História da Educação, organizado pela Sociedade Brasileira de História da Educação, realizado em Goiânia, no ano de 2006.

** Universidade Federal de Uberlândia (Campus do Pontal). Contato: sauloeber@pontal.ufu.br

*** Universidade Federal de Uberlândia (Campus do Pontal). Contato: betanialaterza@netsite.com.br

O presente trabalho aborda a relação entre a educação escolar e o processo de modernização da cidade de Franca no interior paulista ao longo dos anos 1960. Em função da escassez das fontes e de pesquisas no campo da História da Educação nesse município, buscamos traçar um estudo preliminar de sua realidade histórico-educativa por meio de síntese de algumas das suas características marcantes, analisando-as a partir do contexto global, sem deixar de observar suas especificidades. Como afirmou Saviani (2005, p. 26):

[...] no vigoroso desenvolvimento das pesquisas histórico-educativas nos últimos quinze anos, têm prevalecido as análises específicas caracterizadas por recortes particulares, microscópicos e fragmentários dos objetos de pesquisa histórico-educacional. Sem negar a importância desses estudos para o conhecimento de nossa realidade histórico-social, parece que é de grande relevância a realização de estudos sintéticos e globalizantes.

A despeito do debate entre as visões gerais que seriam demasiadamente genéricas e paradigmáticas e as visões singulares caracterizadas por curiosidades quase banais, o fato é que tudo conduz a idéia de que o particular é expressão do desenvolvimento geral, o que tentaremos demonstrar nesse estudo. As investigações sobre instituições escolares e os sistemas em que se inserem devem ser bem feitas, superando a dicotomia entre o particular e o universal, o específico e o geral, não desprezando a descrição e a narração de fatos, tampouco sua interpretação (BUFFA, 2002). Importante entender que a vitalidade da historiografia educacional deve-se muito ao seu sentido inovador nos termos temáticos, conceituais ou metodológicos, mas como observou Magalhães (2005, p. 94):

[...] não deixa de ser essa mesma perspectiva e a ânsia de inovação que a arrasta para uma fragilidade e para uma progressiva individuação e fragmentação, com todas as implicações daí decorrentes de atomização dos objectos científicos, superficialidade e ausência de uma narrativa que articule o rigor científico com uma discursividade orientada para o leitor [...].

De qualquer maneira, é importante frisar que o estudo dos sistemas educacionais, mesmo sendo heterogêneos e multifacetados, são amostras significativas do contexto histórico-educativo de qualquer País (GATTI JR, 2002). Entendemos também que a educação vista como fenômeno sócio-cultural não deixa de ser reflexo dos demais processos que compõe determinada sociedade, tais como os econômicos e os políticos. Assim, antes de abordarmos a educação no interior paulista nos anos 1960, é preciso compreender que o contexto nacional foi marcado por acelerados processos de industrialização e urbanização percebidos a partir de 1930, e provocaram profundas transformações estruturais no País. Tais mudanças seriam intensificadas com o fim da Segunda Guerra Mundial, momento em que a tecnologia desenvolvida durante o conflito voltar-se-ia para a produção de bens não bélicos, o que exigiria massas *educadas* por todo o mundo, dispostas a consumi-los.

O discurso da modernização surgiria no pós-guerra, vinculado ao mundo da mercadoria e do empresário, tornando-se freqüente na pauta dos governos dos países

periféricos. Segundo Schwartzman (1991, p. 50), o conceito de modernização passara a “[...] caracterizar os processos de transição que os países e nações ‘atrasados’, ou ‘subdesenvolvidos’, deveriam, esperava-se, passar para alcançar os níveis de renda, educação e produtividade tecnológica característicos dos países industrializados.”

A observação do processo de modernização nacional mostra que, aqui, priorizou-se, principalmente, a consolidação dos mercados de massa e a sofisticação do consumo, deixando de lado o bem-estar social. Assim, segundo Vianna (1997), no Brasil ocorreria um processo de “modernização conservadora” marcado por acelerados progressos da tecnologia e da economia, em detrimento das esferas política e social, esquecidas nas preocupações das elites e governantes. A modernização não pressupôs o abandono da tradição, instalou-se um tipo de capitalismo anti-liberal e anti-democrático, o que acabou por reforçar como marca do País, a coexistência de estruturas arcaicas com as *modernas* (FERNANDES, 1974).

A análise da educação escolar, a partir deste contexto de enormes e rápidas transformações, evidencia que as mudanças no ensino, também foram estruturadas em função do mundo empresarial (da mercadoria e do lucro), sobretudo, durante os anos 1960, período marcado pelo empenho estatal em sistematizar a educação, por meio de medidas como as promulgações da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4024/61 e de suas sucessoras (5540/68-Ensino Superior e 5692/71-Ensino Básico).

Segundo Romanelli (1976), a educação escolar deve ser analisada inserida em quadro histórico amplo, observando-se as alterações nas estruturas política, econômica e sócio-cultural de determinada sociedade, uma vez que as inovações das políticas educacionais estão subordinadas a fatores externos ao da experiência em si. O esforço na sistematização do ensino foi reflexo, portanto, da aceleração do processo de modernização pelo qual passava o Brasil, na década de 1960, uma tentativa de diminuir a defasagem existente entre mudanças sociais e educação.

Nesse sentido, o estudo das fortes mudanças estruturais da cidade de Franca demonstra a relação existente entre o acelerado processo de modernização local e educação escolar, característica evidenciada por meio da análise de dados estatísticos do município, durante os anos 1960, período em que se observa incremento quantitativo substancial na industrialização, na urbanização e na rede escolar do município, o que pode ser entendido também como expressão do processo nacional.

Em 1960, a atividade industrial já era predominante na economia francana, empregando boa parte da população economicamente ativa: neste ano, cerca de 3.000 pessoas trabalhavam nas indústrias da cidade e, dez anos depois, este número já estava em torno de 15.000.¹ Constatamos que, em 1970, Franca estava entre as cidades mais industrializadas de São Paulo (41,73% de sua população economicamente ativa trabalhava no setor industrial contra apenas 31,44% da média do estado). O crescimento da atividade industrial, neste período, impulsionou os demais setores econômicos urbanos, como os serviços e o funcionalismo público, tornando a economia da cidade mais complexa.

¹ Todos os dados estatísticos sócio-econômicos deste estudo foram colhidos nos Censos de 1960 e 1970, Fundação IBGE.

A expansão da indústria local contribuiu também para o grande crescimento populacional de quase 40% entre 1960 (68.027 habitantes) e 1970 (95.018 habitantes). O aumento da população não foi efeito apenas da explosão da natalidade, mas também consequência dos altos índices de produção das indústrias de calçados, que possibilitaram o aparecimento de milhares de empregos na cidade, atraindo muitos migrantes, especialmente os mineiros (GARCIA, 1996). A industrialização também impulsionou a taxa de urbanização do município que era de 82,91% em 1960, e 92,75% em 1970, registrando um dos mais altos índices de urbanização do estado de São Paulo (23 lugar). Este grau de urbanização era bastante superior à média do interior do estado (70,93%) e também à média do Brasil (55,92%).

Tais estatísticas evidenciam, portanto, que Franca com sua intensa industrialização adequara-se ao projeto nacional, orientado pelo capitalismo monopolista internacional, adaptando-se rapidamente a nova ordem que se consolidava no País, priorizando a formação de mercados de massa para o fortalecimento do capitalismo, e afastando-se definitivamente, o “fantasma comunismo” que rondava a América Latina, após a Revolução Cubana (ROUQUIÉ, 1992).

Contudo, a intensidade destas mudanças contribuiu para o crescimento não só da economia local, mas também dos problemas sociais como a falta de habitação, de saneamento básico, de educação, de saúde, etc. revelando o lado perverso do processo de modernização que não priorizou o bem-estar social. No início da década de 1960, 20% da população de Franca vivia sem abastecimento de água, 44% sem esgoto, 50% das ruas não eram pavimentadas e 38% não possuía coleta regular de lixo (BENTIVOGLIO, 1996).

Também a educação escolar se expandira em meio ao descaso com as questões sociais. Em 1970, apenas 36,65% da população total (cerca de 100 mil) havia completado algum nível de educação, destes, 2,52% atingia o ensino superior, enquanto que a maioria (76,21%) tinha como limite o ensino básico (4ª. série do primário). O número de analfabetos da cidade (21,96%) era maior que a média do estado (18,82%), mesmo se considerando a forte expansão da rede educacional local (a maior até então, registrada na história de Franca) com crescimento superior a 100% no número de escolas públicas, passando de 10 em 1961, para 21 em 1971.

Percebe-se que a década de 1960, nesse município paulista, foi marcada por processos de industrialização e urbanização intensos que se efetivaram de forma inigualável na história da cidade. A educação escolar ganharia importância estratégica dentro desse movimento, passando a ser entendida como elemento fundamental no projeto de modernização da sociedade local, um reflexo do panorama nacional, agitado pelas promulgações de muitas leis que regulamentavam todos os níveis de ensino.

As políticas educacionais de todos os governos eram adotadas vinculadas aos objetivos explícitos de desenvolvimento econômico (qualificação de mão-de-obra e formação de consumidores) e, menos explicitamente, deveriam servir como elemento disciplinador da sociedade brasileira, que acabava de se tornar urbana, mas que perpetuava suas desigualdades sociais e culturais históricas, o que representava ameaça às estruturas

de dominação, sobretudo, nesse momento em que a participação política de setores populares crescia significativamente².

Por ser polo industrial, Franca atraía milhares de migrantes em busca de melhores condições de vida. Dessa forma, a migração interna e, sobretudo, a migração rural, adquiriu relevância no processo de modernização local, pois, de um lado, fornecia mão-de-obra para a indústria, de outro multiplicava a clientela que demandava serviços públicos, como a escolarização – um dos anseios dos migrantes, relacionada à possibilidade de se conseguir no meio urbano, aumento de renda e prosperidade, num momento em que o emprego da tecnologia na agricultura ameaçava os homens do campo, estimulando o êxodo rural.

Em 1970, os migrantes mineiros representavam cerca de 20% da população francana, constituindo boa parte da massa de trabalhadores da indústria de calçados. A migração (que fornecia mão-de-obra barata) e os incentivos do regime autoritário possibilitariam a manutenção do custo reduzido da produção de sapatos em Franca, pois em geral, os migrantes tinham escolaridade inferior ao 1^o. grau, buscando as oportunidades “sem limites” da cidade, sujeitando-se à intensa exploração em troca da sobrevivência³.

Dessa maneira, as altas taxas de natalidade somadas ao grande fluxo de indivíduos que além do emprego, buscavam também vagas nas escolas, provocaram o vertiginoso crescimento demográfico da cidade e, com isso, a necessidade de se expandir aceleradamente, a rede de ensino pública. Tal expansão atendia não só ao anseio da população por escolarização, mas também buscava difundir hábitos da vida *moderna* junto a esse público que se desenraizara com a expectativa de alcançar bem-estar social. Analisemos os dados abaixo colhidos na Diretoria de Ensino (Regional Franca):

² Segundo Eisenstadt, o aumento da escolarização dentro do processo de modernização, contribuiria para aumentar as pressões sobre a esfera institucional central da sociedade (EISENSTADT, 1969).

³ Segundo Garcia, o migrante mineiro foi a principal vítima da discriminação em Franca no decorrer desses anos, especialmente aqueles provindos de zonas rurais que concebiam o espaço urbano como o lugar da civilização, reservado para cidadãos, para os *bons*. O migrante não era visto como cidadão: além de analfabeto, rústico e caipira lhe foi atribuído o papel de miserável e perigoso para a sociedade, sua condição deplorável lhe imprimia a coragem de quem não tinha nada a perder, isso representava uma ameaça à propriedade privada. Os programas de assistência ao migrante preocupavam-se mais com o deslocamento da massa e seu impacto sobre a cidade do que com as questões que explicitavam a mendicância, como a concentração de terras, a mecanização da agricultura, etc. (GARCIA, 1996).

RELAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO (ATÉ 1971)⁴ INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

FUNDAÇÃO	NOME	NÍVEL DE ENSINO
1905	GE Coronel Francisco Martins	Pré e Primário
1924	Escola Industrial Júlio Cardoso	Ensino Industrial
1926	GE Barão da Franca	Pré e Primário
1933	GE Caetano Petrágia	Pré e Primário
1934	IE Torquato Caleiro	Pré, Primário e Ensino Médio
1935	GE Homero Alves	Pré e Primário
1952	GE Orlik Luz	Pré e Primário
1953	GE Jerônimo Barbosa Sandoval	Pré e Primário
1957	GE Ângelo Scarabucci	Pré e Primário
1958	GE David Carneiro Ewbank	Ensino Médio
1962	GE Amália Pimentel	Pré e Primário
1962	GE José Reis Miranda Filho	Pré e Primário
1965	GE Carmem Munhoz Coelho	Pré e Primário
1965	EM Antonio Sicchierolli	Pré e Primário
1967	GE João Marciano de Almeida	Ensino Médio
1967	GE Nadeide Scarabucci	Pré e Primário
1968	GE Dante Guedine Filho	Pré, Primário e Ginásio (E.M.)
1969	GE Mário D'elia	Ginásio (Ensino Médio)
1970	GE Ana Maria Junqueira	Pré e Primário
1970	GE Otávio Martins de Souza	Ensino Médio
1970	GE Suzana S. Ribeiro	Pré e Primário

GE=Grupo Escolar ou Ginásio Estadual; IE=Instituto de Educação; EM=Escola Municipal; Ensino Médio=composto por ginásio e 2º ciclo (clássico, científico, normal ou comercial).

INSTITUIÇÕES PRIVADAS⁵

1888 (até 67)	Colégio Nossa Senhora de Lourdes	Primário e Ensino Médio
1902 (até 71)	Colégio Champagnat (Irmãos Maristas)	Primário e Ensino Médio
1919	Colégio Jesus Maria José	Primário e Ensino Médio
1919	Instituto Francano de Ensino (Ateneu)	Ensino Médio
1948	Fundação Educandário Pestalozzi	Primário e Ensino Médio

⁴ Os GE's criados, em 1970, só entrariam em funcionamento mais tarde. Dados referentes apenas à cidade de Franca. Fonte: Delegacia Regional de Ensino. Entendemos aqui, como estabelecimentos de ensino as instituições intermediadoras das relações entre clientela/governo/profissionais da educação, e que possuíam como objetivo a escolarização do indivíduo, muito embora a multiplicação, nos anos 1960, das instituições, associações, grupos voluntários, sindicatos, clubes, etc. como a Associação dos Servidores Públicos Municipais, o Aero Clube de Franca, a Sociedade dos Amigos da Cidade de Franca, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Alimentícias de Franca, LASEP, LBV, IATE Clube esportivo, Centros Acadêmicos, Grêmios Estudantis, Casa de Portugal de Franca, etc. tenham tido importância relevante na difusão dos hábitos da "vida moderna" no meio urbano que recebia grande número de migrantes rurais. Segundo Germani, o crescimento de atividades de cunho voluntário é outra evidência do processo de modernização, mostrando certo grau de mobilização social (GERMANI, 1974).

⁵ Nos anos 1960, o ensino médio de todos estes estabelecimentos restringia-se ao ginásio (1º ciclo), todos ministravam o curso normal, com exceção do Colégio Champagnat, enquanto que o IFE e o Pestalozzi ofereciam também o curso comercial (contabilidade).

INSTITUIÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR ⁶

1954	Ciências Econômicas	Autarquia municipal (com anuidades)
1958	Faculdade de Direito	Autarquia municipal (com anuidades)
1962	Faculdade de Filosofia	Pública (Instituto Isolado)
1971	Faculdade de Filosofia Pestalozzi	Particular

Segundo os Anais da Assembléia Legislativa de São Paulo, no dia 06 de maio de 1851, por meio da Lei Provincial nº 424, criaram-se as duas primeiras escolas públicas na, então, Vila Franca do Imperador. Uma das escolas atendia ao público masculino e a outra ao feminino. Entre os anos de 1851 e 1854, a escola masculina registrara cerca de 96 matrículas anuais com frequência em torno de 62,50%, enquanto a feminina fora freqüentada por cerca de 42 alunas, obtendo-se 69,04% de presença em suas aulas. Consta também a existência de uma sala de ensino secundário oficial, cujo professor era o Senhor Antônio Jacinto Lopes de Oliveira, que ministrava aulas de francês e latim aos seus sete alunos. Somente no ano de 1885, é que Frei Germano introduziria as disciplinas de Física, Química e Matemática na educação secundária da cidade.

No ano de 1854, havia duas escolas particulares que possuíam tanto o grau primário como o secundário. A masculina era dirigida pelo Professor Prudenciano Venâncio Cruz e tinha 36 alunos matriculados, enquanto a feminina ficava sob a responsabilidade da Professora Francisca Rosa do Patrocínio. Percebe-se que a educação escolar local, no século XIX, era bastante incipiente, não estruturada em séries e restrita ao ensino das técnicas de leitura e escrita. Um único professor era responsável pela instrução dos alunos e as distâncias até a escola contribuíam para que a repetência e a evasão fossem elevadas⁷.

Estas escolas podem ser entendidas como embriões das instituições de ensino que surgiriam na cidade, a partir do advento da Proclamação da República. O Colégio Católico Nossa Senhora de Lourdes, fundado em 1888, mantivera-se em funcionamento até o final da década de 1960, encerrando suas atividades após ter atendido por décadas às famílias tradicionais da região, que enviavam suas filhas ao internato, onde tinham contato com doutrinas alinhadas ao catolicismo.

Os baixos investimentos em educação, tanto no Império como na 1ª República, favoreciam a atuação destas instituições educacionais que se estabeleciam seguindo a rota das ferrovias e do café, onde existiam latifundiários interessados na educação de suas filhas. No entanto, a partir da década de 1920 (século XX), os internatos passaram a sofrer com as mudanças sócio-culturais, políticas e econômicas em processo, e o Colégio

⁶ A Faculdade de Ciências Econômicas surgira como Escola Superior de Economia no início dos anos 1950, funcionando de forma bastante experimental com quadro de docentes e discentes reduzido. Tanto a Faculdade de Direito como a de Ciências Econômicas foram reconhecidas pelo MEC, no início dos anos 1960, tornando-se autarquias municipais.

⁷ Fonte: Fundo Documental do Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”. Coleção do jornal “O Aviso da Franca”, v. n.193, 09 set 1961.

de Lourdes perderia suas alunas, ano após ano: em 1917 eram 2.417 estudantes e no ano de 1934 este número já havia caído para 1.582 alunas. Trinta anos mais tarde, esta instituição enfrentaria sua pior crise estrutural até que, em 1967, anunciaria o seu fechamento⁸.

Ainda nos anos 1960, as escolas particulares eram vinculadas a credos religiosos, principalmente, ao catolicismo. Como o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, também o Champagnat (Irmãos Maristas) e o Colégio Jesus Maria José que era administrado por religiosas expulsas de Portugal, tinham como orientação a doutrina católica. Este último iniciou suas atividades no ano de 1948 e, em 1971, possuía 11 classes gratuitas com média de 35 alunos cada e 14 outras com colegial pago. Já a Fundação Educandário Pestalozzi obedecia a ideologia cristã-espírita (ligada ao Kardecismo).

O Instituto Francano de Ensino (IFE) constituía-se em modelo de instituição privada que atendia aos imperativos da modernização empreendida pela ditadura militar. No decorrer desses anos, inaugurara nova e imponente sede, a expansão de seus negócios fora tão intensa que no ano de 1971, oferecia os cursos Ginásial, Colegial, Comercial (Técnico em Contabilidade), Normal (Área de Educação e área de Ciências Físicas e Biológicas) e até mesmo curso de pós-graduação para Administradores Escolares. Boa parte desses cursos era ministrada no período noturno, atendendo a clientela formada, em sua maioria, por indivíduos de classe média baixa que trabalhavam durante o dia para poder pagar seus estudos.

Esta instituição possuía variados artifícios para a manutenção de suas atividades como empresa escolar privada. No ano de 1971, realizou vários exames de admissão para o ginásial (como previa a legislação da época), visto que nas primeiras chamadas as vagas não foram preenchidas. Também desde o início desse período, era contemplada com bolsas de estudos. Em 1960, a Liga de Assistência Social e Educação Popular (LASEP), que também obtinha recursos financeiros junto ao poder público, destinou 27 bolsas aos alunos do IFE, 16 aos do Colégio Jesus, Maria José e 2 aos alunos do Educandário Pestalozzi⁹.

No entanto, foi a rede de ensino pública que passou por forte expansão, atendendo a grande parte da população local. O crescimento das vagas nos diferentes níveis da educação oficial ocorrera de forma desigual, e o ensino médio (que compreendia o clássico, o científico e o normal), no início dos anos 1960, era oferecido apenas pelo Instituto de Educação Torquato Caleiro (IETC). Tal instituição era considerada a escola mais importante da região e, por ser bastante procurada, tinha exames de admissão bastante seletivos, exigindo boa preparação dos candidatos, o que levava à elitização

⁸ A promulgação da Constituição Federal de 34 obrigaria os colégios confessionais, como o Lourdes, a contratar professores para o ensino das disciplinas de Português, Matemática, História, Geografia e Ciências que não fossem membros de suas congregações, perdendo, assim, sua relativa autonomia. O internato do Lourdes possuía o mais completo aparato educacional feminino, ministrando aulas de etiqueta, lições musicais, trabalhos manuais, e era freqüentado pela elite; o semi-internato atendia aos moradores da cidade, filhas de comerciantes e operários bem sucedidos; já o externato oferecia apenas o ensino primário (MARTINS, 1998).

⁹ Nesse mesmo período, o Colégio Jesus Maria José construíra nova sede e a Fundação Pestalozzi ampliara suas dependências. Fonte: Fundo Documental do Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”. Coleção do jornal “Comércio da Franca”, v. n. 550/140, 28 fev. 1961 e 09 jan.1971.

de sua clientela composta, em sua maior parte, por membros das classes privilegiadas locais¹⁰.

Os acontecimentos cotidianos dessa escola ganhavam grande dimensão na imprensa e no plenário da Câmara Municipal. Foi o IETC que forneceu muitos dos militantes do movimento estudantil de Franca: “O grêmio que contava com o maior número de integrantes era o do IETC. Dessa forma, a diretoria da (UESF) União dos Estudantes Secundaristas de Franca (UESF) era quase sempre preenchida por alunos dessa escola, [...]”¹¹.

O ensino industrial era oferecido, desde 1924, pela Escola Industrial “Júlio Cardoso”. No dia de sua inauguração, no mês de abril daquele mesmo ano, havia apenas 3 alunos matriculados, já no ano de 1970, eram 1.488, distribuídos nos cursos Ginásiais (diurno e noturno, 20 salas) e nos Cursos de Aprendizagem de Mecânica, Marcenaria, Fundição, Corte e Costura, Rendas e Bordados, Economia Doméstica, Calçados, Dietista e Auxiliar de Artífice. No início do ano de 1971, as inscrições para os cursos de Eletrotécnica, Máquina e Motores superaram 400, enquanto que as vagas existentes giravam em torno de 200. Já o Colégio Agrícola de Franca recebia poucas inscrições e, muitas delas, eram de alunos de cidades da região, em 1971, dos 75 candidatos ao colégio, apenas 7 eram de Franca, evidenciando que o ensino industrial era um dos mais fortes anseios da população local, diferentemente, do que ocorrera na década de 1920¹².

O ensino primário oficial concentrava o maior número de instituições escolares nesse período, na cidade. Em 1971, os Grupos Escolares em funcionamento registravam a matrícula de 9.630 alunos (5.064 do sexo masculino e 4.566 do sexo feminino) que cursavam as quatro séries do primário. O Grupo Escolar “Barão da Franca” possuía o maior número de estudantes, com cerca de 1.488 alunos, e se localizava no Distrito da Estação, uma das regiões mais populosas da cidade. Já o Grupo Escolar “Coronel Francisco Martins” atendia a clientela central e tinha bastante tradição por ser a instituição oficial mais antiga de Franca (SILVA, 1998). No entanto, nos anos 1960, assim como as demais escolas de ensino fundamental, este Grupo Escolar sofria com o processo de massificação da rede oficial, empreendido pelo governo militar de forma desorganizada e bastante acelerada¹³.

¹⁰ Sobre a classificação da sociedade em grupos distintos é importante lembrar que “Os termos elite e massa são bastante imprecisos; [...] Todavia, para nossa finalidade, digamos simplesmente que, ao utilizar o primeiro termo, referimo-nos a grupos e indivíduos que se encontram na cúspide das diversas instituições e atividades humanas, ou que exercem, ativa ou potencialmente, a liderança de determinados setores sociais. Com o segundo, designamos a maioria que não ocupa posições de alto prestígio ou poder, ou educação, ou situação econômica etc. Talvez esta distinção pudesse ser formulada mediante uma expressão estatística simples, dizendo-se que a cúspide se refere aos 10 ou 15% ‘superior’ da população” (EISENSTADT, 1969, p.76).

¹¹ Desde o início da década, havia grande pressão por vagas junto ao IETC, no ano de 1960, o exame de admissão para o 1º ano ginásial tivera 141 aprovados sendo que apenas 71 candidatos foram matriculados nas suas 3 classes diurnas e 2 noturnas. Fonte: Fundo Documental do Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”. Coleção do jornal “Comércio da Franca”, v.n. 546/140, 06 fev.1960 e 09 jan.1971.

¹² Ibid., v. n.139/140, 18 nov. 1970 e 29 jan. 1971.

¹³ Problemas como falta de vagas, de recursos materiais (merenda, livros, cadernos, etc.) e financeiros para o funcionamento da instituição eram bastante acentuados mesmo em escolas centrais como era o caso do GE “Cel Francisco Martins”, o que acabava resultando em grande evasão e repetência. Isto pode ser percebido pelo depoimento de seu diretor, durante os anos 1960, o Professor Sidnei Rosa Nascimento, que afirmara: “Havia uma média de

No outro extremo da rede de ensino local, pode-se observar grande entusiasmo em torno dos cursos de educação superior. Neste período, as Faculdades de Economia e Direito foram transformadas em autarquias municipais e, paralelo a isto, criaram-se as Faculdades de Filosofia da cidade. É notável a mobilização da elite local no empenho de consolidação da Faculdade de Direito, instituição que reunia em seu quadro docente representantes de vários setores dirigentes da cidade.

Em 1960, houve grande campanha para a constituição de sua biblioteca especializada, e no ano seguinte, realizou-se venda de apólices, que visava a angariar fundos para a aquisição de prédio próprio para a faculdade que funcionava nas dependências do IETC. Tanto a biblioteca especializada quanto o prédio próprio eram exigências feitas pelo governo federal, para que se procedesse o reconhecimento da instituição pelo MEC. Apesar da mobilização em prol da Faculdade de Direito, o interesse por este curso era bastante restrito junto aos estudantes. Em 1964, há uma semana do encerramento das inscrições para o vestibular de Direito, havia apenas 23 inscritos, destes, 5 eram de Franca, e o número de vagas disponíveis era de 60. No ano de 1971, o interesse continuava limitado, e o número de candidatos era inferior ao de vagas¹⁴.

Vimos acima, que as instituições de ensino locais caracterizavam-se de acordo com sua clientela, nível de ensino e gratuidade ou não dos cursos ministrados pelo estabelecimento. A análise do conjunto destas escolas revela dados significativos sobre a educação escolar na cidade de Franca no decorrer dos anos 1960. Está claro, por exemplo, que o elevado crescimento do número de escolas constituiu-se em elemento integrante do processo de modernização empreendido pelo governo autoritário. A massificação do ensino foi calculada. A rede oficial local teve crescimento acima de 100% enquanto houve redução das escolas particulares com o fechamento dos Colégios Nossa Senhora de Lourdes em 1967, e Champagnat em 1971.

Percebe-se que o crescimento maior (em unidades) ocorrera no ensino fundamental de onde vinha a grande pressão da demanda e que não seria possível controlá-la sem que se aumentasse a oferta de vagas. O ensino público médio e superior não recebia investimentos significativos do governo, o que contribuía para a apropriação, por parte dos empresários, destes níveis de educação que se transformaram em novas fontes de acumulação de capital¹⁵.

quarenta alunos por classe, o Coronel tinha 33 classes. Essas classes, havia até um pouco mais, havia alunos ouvintes, quer dizer, que não conseguiam... matrícula, e os professores guardavam lá, três, quatro ou cinco alunos ouvintes, porque era certeza que haveria vaga durante o ano, então, eles iam colocando esses alunos nas vagas existentes” (SOUZA, 1997, p. 79).

¹⁴ Já a Faculdade de Filosofia (Instituto Isolado) criada em 1962, registrara, no ano de 1964, uma das maiores matrículas dos Institutos Isolados do Estado de São Paulo, com 210 alunos. Este fenômeno deve-se em parte, à gratuidade do ensino desta instituição. Fonte: Fundo Documental do Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”. Coleção do jornal “Comércio da Franca”, v. 554/140, 24 jan. 1964 e 12 jan. 1971.

¹⁵ Em Franca, a falta de vagas no ensino médio foi um problema agudo durante toda a década de 1960, como podemos perceber no trecho que segue: “Avalanche – [...] ao analisar o número de candidatos inscritos nos nossos diversos ginásios para o próximo exame de admissão. Tal número ultrapassa a casa dos 3. 000 candidatos, só nas escolas oficiais. O problema surge quando se vai verificar o número de vagas para esses estudantes. Segundo soubemos não vai além de 800. Ora, isso quer dizer que haverá, nos próximos meses, o mal dos ‘excedentes’ para ... ginásios, a acrescentar-se aos ‘excedentes’ para os cursos superiores.” *Ibid.*, v. n. 131, 31 ago. 1968.

Mas como entender a redução no número de escolas particulares em Franca, neste período? Quais teriam sido as conseqüências do grande crescimento da rede de ensino oficial na cidade? Teria contribuído para a promoção da modernização social e política da sociedade local? Ou o empenho na generalização do ensino fundamental, baseado na “fé na educação”, fortalecera as relações de produção (qualificação de mão-de-obra e formação de consumidores) que se modificavam num ritmo, até então, inimaginável para o País. Especialmente, num momento em que a educação era reforçada como “forma de ascensão social e de democratização de oportunidades” (FREITAG, 1979).

É certo afirmar que a inserção do fator educacional no projeto de modernização se dera baseado na idéia de que a escolarização seria vinculada ao enriquecimento econômico e cultural de compensação futura. Tal ideologia, nas sociedades modernas, dirigiu os padrões de procura e oferta dos serviços educacionais, que foram bastante influenciados por grupos que buscaram colocar a educação como meio de dominação política e controle social, garantindo a mão-de-obra necessária para a expansão de seus negócios.

Percebe-se que a educação escolar contribuiu para a alfabetização da população francana, dotando-a de instrumentos mínimos (ler, escrever e contar) necessários para a adaptação à vida urbana *moderna*, caracterizada, sobretudo, pela formação de mercados de massa. Os ensinos médio e superior, ainda em 1970, permaneciam como privilégios das camadas dominantes tradicionais, com pequena ampliação até a alguns setores das camadas médias, representando *brechas* para o acesso destas classes, o que contribuía para a manutenção da crença na sociedade *aberta* (FREITAG, 1979).

A forte expansão do sistema educacional local, portanto, não foi capaz de romper com sua estrutura organizacional excludente, herdada de passado remoto: ampliou-se o número de alfabetizados, mas manteve-se a maior parte da população limitada ao ensino primário. Estes números sobre a educação revelam também que a indústria francana, baseada no setor coureiro, absorvia mão-de-obra não qualificada (analfabeta ou semi-alfabetizada), mostrando que a educação na cidade servira, sobretudo, como instrumento de manutenção das relações de domínio, em meio às incertezas do embate comunismo versus capitalismo, reforçando-se tais relações junto às novas gerações, principalmente.

Desta forma, a educação contemporânea em nosso País foi colocada, em todos os seus níveis, em sintonia com o tecnocratismo burguês, em muitos casos, a revelia da opinião dos principais interessados deste processo: alunos, pais e profissionais do ensino. A educação escolar prestou-se menos à qualificação de mão-de-obra para o trabalho, e mais como implemento de novas formas de atuação social, o que imprimiu à instituição escolar um papel disciplinador e mobilizada na criação de alternativas para se lidar com a desigualdade social e cultural, num País que acabava de se tornar urbano e industrializado (HERSCHMANN e PEREIRA, 1994).

O cenário histórico de Franca pode ser entendido como reflexo do processo de modernização adotado, em nível nacional, pelo regime militar que elegeu como suas prioridades a expansão do capital a qualquer custo, e por meio da repressão policial buscou calar as vozes que denunciavam a desigualdade e o descaso com os problemas de ordem social. Desta forma, pode-se garantir grandes lucros às multinacionais

instaladas no país, consolidando-se o capitalismo monopolista, baseado na intensa exploração das classes populares, o que revigorou esta antiga característica da sociedade brasileira. Modernizou-se alguns setores da sociedade, paralelo à conservação de estruturas arcaicas de domínio.

Para concluir, retomamos a discussão inicial e reafirmamos que mesmo as análises sintéticas que tem o movimento global por parâmetro, apresentam suas especificidades. No caso aqui estudado, constatamos que os anos 1960 foram bastante favoráveis a iniciativa privada, mas essa política não beneficiou todo tipo de escola paga. Em Franca, as católicas tradicionais não se adaptaram ao mercado, além de sofrerem a concorrência das públicas, assim, a redução das instituições privadas deveu-se muito mais à ausência na diversificação dos cursos oferecidos pelos colégios fechados (Lourdes e Champagnat), uma vez que as outras instituições privadas prosperaram com ampliação de cursos e criação de novas e equipadas sedes. Também o ensino superior só se expandiu por força do poder público, com empenho da Prefeitura no reconhecimento das Faculdades de Economia e Direito e pela criação da Faculdade de Filosofia (Instituto Isolado) pelo governo estadual.

Tais especificidades do processo histórico-educativo local em relação ao panorama nacional contrariam boa parte da literatura que tem como objeto de estudo a educação nesse período, entendendo que o cenário foi absolutamente favorável às instituições privadas de ensino médio e superior. Tais peculiaridades do caso avaliado ficaram evidentes, o que mostra a determinação histórica de cada caso específico em relação às análises globais.

Referências

BENTIVOGLIO, J. C. *Trajatória Urbana de Franca - Centro (1805-1995)*. III - Concurso de Monografias de História de Bairros de Franca. Fundação Municipal Mário de Andrade, 1996.

BUFFA, E. “História e filosofia das instituições escolares”. In: ARAÚJO, J.C.S., GATTI JR, D. (Org.). *Novos Temas em História da Educação Brasileira: Instituições Escolares e Educação na Imprensa*. Campinas, Autores Associados; Uberlândia, EDUFU, 2002.

EISENSTADT, S.N. *Modernização: Protesto e Mudança*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966(69).

FERNANDES, F. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Dif. Européia, 1974.

FREITAG, B. *Escola, Estado e Sociedade*. São Paulo: Cortez, 1979.

GARCIA, Ronaldo A.G. *Migrantes Mineiros em Franca*. Franca: Unesp, 1996.

GATTI JR, D. A História das Instituições Educacionais: Inovações Paradigmáticas e Temáticas. In: ARAÚJO, J.C.S., GATTI JR, D. (Org.). *Novos Temas em História da Educação Brasileira: Instituições Escolares e Educação na Imprensa*. Campinas, Autores Associados; Uberlândia, EDUFU, 2002.

- GERMANI, Gino. *Sociologia da Modernização*. 1ª ed., São Paulo: Mestre Jou, 1974.
- HERSCHMANN, M.M.; PEREIRA, C.A.M. (Org.) *A Invenção da Brasil Moderno*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- MAGALHÃES, J. A História das Instituições Educacionais em Perspectiva. In: GATTI JR, D.; INÁCIO FILHO, G. (Org.). *História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, EDUFU, 2005.
- MARTINS, Patrícia C.M. *Catolicismo Ultramontano e o Colégio Feminino Nossa Senhora de Lourdes de Franca (1888-1930)* 1998. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual de São Paulo, Franca, 1998.
- ROMANELLI, O. O. *História da Educação no Brasil (1930/73)*. Petrópolis: Ed.Vozes, 1976.
- ROUQUIÉ, A. *O Extremo Ocidente: introdução a América Latina*. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.
- SAVIANI, D. Reflexões sobre o Ensino e a Pesquisa em História da Educação. In: GATTI JR, D.; INÁCIO FILHO, G. (Org.). *História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas, Autores Associados; Uberlândia, EDUFU, 2005.
- SCHWARTZMAN, S. Educação básica no Brasil: a agenda da modernidade in *Estudos Avançados*, v.13, n.5, 1991.
- SILVA, M. P. *Protesto e repressão no interior paulista: Franca (1966-1970)*.1998 Dissertação Mestrado, Universidade Estadual de São Paulo, Franca. 1998.
- SOUZA, S. T. *Década de 60: (Ir)Racionalidade do Ensino – Concebendo a Educação em Franca*. Monografia de Conclusão de Curso, Unesp-Franca, 1997.
- VIANNA, L.W. *A Revolução Passiva: Iberismo e Americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

Recebido em janeiro de 2008

Aprovado em maio de 2008